

PROBLEMAS DO EXÉRCITO

(NOVAS REFLEXÕES)

Ten-Cel Art WALTER S. MEYER
Oficial de Estado-Maior.

1. Localização das Unidades

Ninguém mais contestará hoje a predominância irreversível do motor sobre o cavalo. A rápida evolução e melhoria técnica daquele impõe-se facilmente à lentidão e quase nenhuma evolução deste, a par de várias outras características e vantagens indiscutíveis, dentre elas saltando gritantemente a velocidade.

Um rápido perpassar de olhos pela 2ª Grande Guerra, em qualquer teatro de operações mostra isso à sociedade, especialmente se nos fixarmos em dois de seus grandes Cabos-de-Guerra: Rommel e Patton.

Mas não vamos, aqui, retornar à discussão de alguns anos atrás e que tanto empolgou boa parcela de oficiais de nossa Cavalaria. Não, não é essa a tese que desejamos discutir, mas sim a da localização das unidades.

Vivemos, no Brasil, uma época em que se constróem grandes tratos de estradas, boa parcela delas asfaltadas e, pois, adequadas ao tráfego motorizado. A alta velocidade de deslocamento das unidades motorizadas e mecanizadas permitirá um uso eficiente e de alto rendimento dessas estradas — e também das de piso de terra — ao passo que para as unidades hipomóveis, com seus parcos 6 a 8 km por hora de velocidade, nenhum reflexo traz essa melhoria de pavimentação.

Conseqüentemente, não vemos mais a necessidade da concentração maciça, nas cidades, em especial as grandes cidades, como Rio, São Paulo, P. Alegre e Recife de grande número de unidades do Exército, e muito menos das de Cavalaria hipo, que nem pasto ou verdejo fresco já encontram. Faz-se mister, cremos, estudar uma nova distribuição das unidades do Exército, não só pelo que acima expomos como também porque a nova rede de estradas que vem sendo cotidianamente ampliada está a exigir isso.

Uma unidade motorizada que se situe a 100 km de uma grande cidade está distante dela somente duas horas e meia. Mas nesse local de sua sede poderá dispor de terreno para exercícios, estande de tiro, maior área de aquartelamento, etc.

Não é necessário nem imperioso que os parques das viaturas e outras instalações sejam obras para séculos. Até ao contrário, a evolução constante, o progresso inegável e futuras condicionantes poderão, em prazo curto, exigir ou impor nova distribuição das unidades.

Ao se estudar um problema dêesses deve-se levar em conta alguns fatores, entre êles a característica atual da guerra, que impõe a divisão e dispersão para sobreviver e a união para combater; a importância político-social das áreas demográficas do país; a rede de estradas; a situação das fronteiras; as relações internacionais, em particular com os vizinhos limítrofes; a realização da instrução; a combinação de armas, etc.

Sem dúvida, parece-nos, cidades como o Rio e São Paulo e já mesmo Pôrto Alegre não mais devem possuir unidades hipo nelas estacionadas.

2. Documentação

Um dos problemas mais agudos de nosso Exército. Na realidade, possuímos somente **A Defesa Nacional**, esta revista que Você está lendo agora, pois a Revista de Engenharia Militar muito pouco traz de direto interesse a tôdas as Armas e todos os círculos.

O conjunto de interessados é muito pequeno, ainda, no nosso Exército, mercê de nossos pequenos efetivos militares, já que na realidade está reduzido aos quadros de oficiais e sargentos com ampla predominância daqueles.

Parece-nos que uma solução seria conseguir um grupo de importantes firmas que fabricam material de grande consumo pelo Exército — viaturas, munição, gasolina e lubrificantes, víveres, fazendas, ferragens, pneus, etc. — para, à guisa de sócios mantenedores, cobrirem parte ou a totalidade da despesa da Revista, em particular desta nossa **A Defesa Nacional**, que já conta mais de meio século de ininterrupta circulação. O que sugerimos não é novidade. Nos Estados Unidos, tão ricos, assim ou semelhantemente era mantida a revista do Corpo Químico quando lá estivemos cursando a sua **Chemical Corps School**. Outra solução — e esta nos parece a mais viável e a mais objetiva — seria a encampação, pelo próprio Exército, de tôdas as revistas que se arrastam — é o termo — numa situação econômica difficilima, mormente agora que o papel anda por preços galáxicos, depois da célebre instrução 270.

Se o Exército adotasse essa solução poderia reunir o Mensário de Cultura Militar da sua 2ª Seção com o Boletim da Escola de Comando e Estado-Maior, dando a esta o encargo de seu preparo. Não se poderá alegar falta de matéria, pois além de incluir artigos traduzidos, poder-se-á adotar o critério de que todo nôvo instrutor da Escola seja obrigado a apresentar um artigo no primeiro ano que

servir à Escola e cada Curso e Direção do Ensino, também um ou mais por ano. Igualmente deverão contribuir para essa revista o Instituto Militar de Engenharia e a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, bem assim cada Seção do próprio Estado-Maior, estas com dois artigos anuais, no mínimo.

Seria a revista para os comandos superiores e oficiais de Estado-Maior e técnicos (êstes em parte).

A encampação d'A Defesa Nacional implicaria em se dar o encargo de sua publicação à Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais. Além de artigos traduzidos de revistas das Armas de outros países, cada curso da própria escola deverá fornecer dois artigos anuais; a ECEME, um ou mais e tôdas as demais escolas de especialização ou formação, um ou dois.

Adotado o critério acima exposto, haveria até excesso de colaboração, o que permitiria seleção dos artigos mais interessantes e mais adequados ao fim da revista.

Sem dúvida a Revista Militar Brasileira deverá subsistir, na Secretaria do Ministério da Guerra nos moldes atuais, isto é, uma revista de teses livres de assuntos militares, paramilitares ou que tenham reflexos no âmbito militar.

Um outro documento que faz falta são os Anais do Exército. Publicados outrora, são ainda notável fonte de informações sôbre as atividades gerais do Exército. Cumpre seu restabelecimento e o órgão encarregado deve ser, ainda, a Secretaria do Ministério da Guerra. Deverá incluir informações sôbre os grandes comandos e grandes unidades, suas atividades, manobras, incorporações, licenciamento, funcionamento dos grandes órgãos, escolas, cursos, etc. Um estado objetivo indicará com precisão o que deve conter.

Embora quase todos os Arquivos os publiquem, parece-nos que não seria o caso de o nosso também publicar Anais. Poderá ser êle uma seção na Revista Militar Brasileira onde dê a lume, na íntegra, a fé de officio dos grandes Chefes e o resumo da de todos os generais do nosso Exército; transcreva os documentos antigos e importantes, etc.

Sem dúvida muitos órgãos poderão concorrer para as publicações acima citadas. Nomearemos, por exemplo, a Diretoria do Patrimônio, que possui verdadeiras preciosidades e a do Serviço Geográfico.

Naturalmente que as revistas deverão ser assinadas e não gratuitas, mas a preço tal que cubra tão-sômente a despesa ou mesmo parte dela. Nada mais.

Porque ainda é vantagem para o Exército. Além da doutrinação escolar dos métodos e processos correntes no seu meio, passa o Exército a ministrar uma instrução extracurricular, ou de extensão escolar, hoje tão comum em qualquer centro de estudos ou grandes instituições ou mesmo associações com finalidades especiais.

3. Assistência Social

Há, indubitavelmente, um esforço, hercúleo de alguns órgãos para minimizarem as agruras da vida daqueles que vivem viajando continuamente, como os militares. Mas ainda é pouco. Sabemos que muito pode ser feito nesse setor e sem dúvida o assunto já foi estudado a fundo e proposto às autoridades superiores as medidas cabíveis. Queremos lembrar — talvez seja só isso — um ou dois aspectos que muito podem ajudar nessa parte.

Por que o Exército não adota já o uso do transporte rodoviário para o envio das bagagens de seus oficiais, sargentos e funcionários, quando transferidos? Quem, como todos os militares, já enfrentou as vicissitudes do transporte ferroviário sabe como ele “trata” seus trastes. Normalmente recebe-se-os no destino com todos os vidros e espelhos quebrados quando não com alguns móveis e objetos também quebrados, senão esfacelados. As baldeações e o manuseio inadequados são os principais responsáveis e não há como ressarcir-se dos prejuízos. Já o uso do transporte rodoviário permitiria a mudança “de porta a porta” com um acondicionamento apropriado feito muitas vezes pela transportadora e, geralmente para não dizer sempre, com fabulosa economia de tempo. Essa economia de tempo é algo impressionante, pois muitas vezes a demora do transporte ferroviário faz com que o transferido permaneça semanas e até mais de mês em hotéis que na maioria das ocasiões são mesmo pensões, devido aos preços, e que consomem toda a ajuda de custo e mais alguma coisa, além do inconveniente de um sistema de vida anormal com o qual sofrem particularmente as crianças.

O caminhão já vai a quase todos os pontos do Brasil, de Uruguaiana, a Belém, ficando de fora algumas guarnições que seriam atendidas ainda pela ferrovia ou pelo transporte marítimo.

Julgo que da assistência social é esta a medida que mais alegraria a todos os militares, particularmente nossas espôsas. Vamos adotá-la?

